

## CAPÍTULO IV



Sérgio Buarque de Holanda

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA nasce em São Paulo, em 1902. Faz seus estudos secundários no Colégio São Bento, onde é aluno do historiador Afonso Taunay. Por iniciativa dele, chega a publicar alguns artigos na imprensa.

Muda com a família, em 1921, para o Rio de Janeiro. Lá, estuda direito, sem muito afinho, e leva uma vida boêmia, cheia de amigos. Nessa época, torna-se representante na capital federal da revista modernista paulista *Klaxon*. Com o fim dela, publica, junto com Prudente de Moraes, neto, outra revista, a *Estética*.

O mais marcante da juventude de Sérgio Buarque é sua ligação com o modernismo. Como vimos, também Gilberto Freyre teve proximidade com o modernismo, mas com sua vertente mais tradicionalista, o Movimento Regionalista do Nordeste. Ambos encontram no modernismo uma ânsia de (re)descobrir o Brasil, que marca suas obras. Como também vimos, logo que se conhecem, participam até de rodas de sambas no Rio de Janeiro. Antes, a busca da cultura popular já havia feito Mário de Andrade enfurnar-se pelo interior do país, em incessantes pesquisas sobre folclore. O esforço de valorizar o Brasil já não se restringe então às

letras, como indica o discurso de Graça Aranha, quando anuncia seu abandono da Academia Brasileira de Letras (ABL) e ingresso nas fileiras modernistas: “o movimento espiritual modernista não se deve limitar unicamente à arte e literatura, ele deve ser total. Há necessidade, tão largamente esperada, de transformação filosófica, social e política”.<sup>1</sup>

Mas apesar de sua vinculação com o modernismo, as críticas de Sérgio Buarque ao movimento não tardam a aparecer. Em *Estética*, por exemplo, escreve, junto com seu companheiro de todas as horas, Prudente de Moraes, neto, um artigo não muito simpático ao livro de Ronald de Carvalho *Estudos brasileiros*. O artigo leva ao esfriamento das relações do jovem literato com alguns modernistas, como o próprio escritor-diplomata, além de Guilherme de Almeida e Graça Aranha. Irritam ao moço, em particular, certas tendências “construtivistas” do modernismo, que vê como que ligadas a uma atitude artificial, de quem pensa poder criar a cultura brasileira por simples vontade.

Talvez esse incômodo já conduzisse o crítico para além da literatura, para domínios mais objetivos, como os da história. De qualquer maneira, Sérgio Buarque de Holanda deixa o Rio para ser promotor e editor de uma folha, *O Progresso*, em Cachoeiro do Itapemirim. Chega a distribuir entre amigos, antes de viajar para o Espírito Santo, sua já não desprezível biblioteca.

O frustrado promotor logo volta, porém, para a capital federal. Mas não se detém ali por muito tempo, não desperdiçando a oportu-

nidade que, em 1929, o então editor iniciante Assis Chateaubriand lhe oferece de ser correspondente na Alemanha. Em quase dois anos de Berlim, vive a efervescência dos últimos dias da República de Weimar. Mais importante, a distância permite que procure entender melhor seu país, escrevendo inclusive para publicações bilíngues em alemão e português.

É também na Alemanha que Sérgio Buarque amadurece a vocação de historiador, seguindo cursos de Friedrich Meinecke. Aproxima-se, dessa maneira, do historicismo, linha historiográfica que enfatiza a importância do devir e a singularidade dos diferentes momentos históricos. É igualmente durante seus anos berlinenses que o futuro historiador entra em contato com a obra de Max Weber. Não deixa de ser interessante notar que o significado que teve a influência dessas duas vertentes intelectuais sobre Sérgio continua a ser motivo de polêmica.

O fato é que nosso autor volta para o Brasil com 400 páginas de um livro que pretendia chamar de *Teoria da América*. Dois capítulos do trabalho, intitulados “Corpo e alma do Brasil”, são publicados, em 1935, na revista *Espelho*. No ano seguinte, esses capítulos aparecem, quase sem modificação, em *Raízes do Brasil*. O livro é, por sua vez, o primeiro a ser publicado na coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio, dirigida então por Gilberto Freyre.

Num sentido mais amplo, *Raízes do Brasil* é melhor compreendido a partir de sua conexão com o modernismo. Ou talvez fosse melhor precisar, a partir da “rotinização do modernismo”, que se consolida nos anos trinta e à qual já se fez referência.<sup>2</sup> Fazem parte

<sup>1</sup> Graça Aranha, *apud* Luciano Martins, “A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil (1920 – 1940)” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, 1987.

<sup>2</sup> Ver: Candido, “A revolução de 1930 e a cultura”, *op. cit.*

dessa tendência iniciativas como o ensino de canto orfeônico nas escolas, a construção do prédio do Ministério da Educação desenhado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e os ensaios de interpretação do Brasil de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Num sentido mais amplo, durante o período, expande-se o acesso à educação; passa-se a questionar a supremacia da religião no ensino; impulsiona-se a edição de livros, principalmente os de temas brasileiros, no sentido de dar os primeiros passos para a criação de uma indústria cultural brasileira; as primeiras universidades brasileiras são estabelecidas, etc.

Coincidindo com o ano em que *Raízes do Brasil* é publicado, Sérgio Buarque se casa e se torna professor da Universidade do Distrito Federal (UDF), cujo projeto acadêmico era similar ao da USP. No entanto, a inovadora universidade é, por pressão católica, logo fechada. Mesmo assim, a influência do período em que foi assistente do historiador francês Henri Hauser se faz sentir em *Monções*, livro publicado em 1945 e já afastado do ensaísmo.

Seu autor torna-se, no ano seguinte, diretor do Museu Paulista. Já morando em São Paulo, volta, em 1956, a ser professor, agora de História da Civilização Brasileira, na USP. Para seu concurso de efetivação escreve *Visão do Paraíso*. Em 1969, em protesto contra o AI-5, que afasta diversos professores do ensino, aposenta-se.

Sérgio Buarque também foi fundador da Esquerda Democrática, em 1946, e do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Morre em 1982.

Apesar de todas as suas realizações, gostava de se referir a si mesmo simplesmente como “o pai do Chico”.

## RAÍZES DO BRASIL

Como nota Bolívar Lamounier, *Raízes do Brasil* é, até certo ponto, um conjunto de ensaios relativamente autônomos.<sup>3</sup> Não obstante, discute temas que se apresentam e voltam a aparecer ao longo das páginas do livro. Entre eles, uma questão merece especial atenção: as dificuldades e possibilidades de estabelecer a democracia no Brasil.

Anteriormente, o primeiro ponto da colonização portuguesa da América a ser ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda é o fato, já assinalado por Gilberto Freyre, “de constituirmos o único esforço bem-sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical”.<sup>4</sup> O motivo principal sugerido por *Raízes do Brasil* para o sucesso do empreendimento colonial português é o mesmo de *Casa-Grande e Senzala*: a colonização ter sido realizada por uma nação ibérica, localizada, portanto numa região indecisa entre a Europa e a África.

Holanda não deixa de indicar que haveria outras zonas de fronteira no “velho continente”, como a Rússia, os Bálcãs e até a Inglaterra. Seria difícil, porém, encontrar entre esses povos a mesma plasticidade social do português, povo praticamente destituído de orgulho de raça e já mestiço antes de iniciar o empreendimento colonial. A plasticidade contribuiria até para uma postura de certo desleixo, que não deixaria de ser favorável à ação nos trópicos. Em contraste,

<sup>3</sup> Lamounier, “*Raízes do Brasil*” in *Revista do Brasil*, n. 6, 1987.

<sup>4</sup> Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 3.

a falta de plasticidade, como ocorreria com o holandês, teria favorecido o fracasso da sua tentativa de colonizar o Nordeste.

Por outro lado, apesar de considerar o português como plástico, Sérgio Buarque não o vê como plenamente adaptado ao ambiente americano, os brasileiros ainda em sua época sentindo-se como desterrados em sua terra. Devido à sua adaptação incompleta ao ambiente americano, a principal característica do país estaria relacionada à Península Ibérica. Como em outros povos com a mesma origem, seria particularmente forte no Brasil o que o autor chama de cultura da personalidade. Nela, apareceria como crença mais marcante “o sentimento da própria dignidade de cada homem”.<sup>5</sup>

Oposto ao privilégio, poderia até ser considerado como legítimo pioneiro da mentalidade moderna. Tal atitude contribuiria, como também já havia notado Gilberto Freyre, para que a hierarquia social fosse menos rígida entre os portugueses. Mas mesmo que estivesse disseminada por todo o povo, Sérgio Buarque considera que a cultura da personalidade é antes “uma ética de fidalgos, não de vilões”,<sup>6</sup> cada homem considerando-se como superior ao outro e não como seu igual. Ou, em outras palavras, seria possível perceber que valores associados à aristocracia estariam espalhados por todo o povo português e brasileiro.

Esses traços culturais contribuiriam, além do mais, para que entre os hispânicos não estivesse presente uma verdadeira ética do trabalho. O trabalho mecânico, em particular, que visa objetos externos, se chocaria com o personalismo desses povos, que insistem no valor próprio de cada indivíduo. Seria bem considerado,

em contraste, o trabalho intelectual, até como uma maneira, no caso brasileiro, de se marcar a diferença em relação aos escravos. O saber não seria, todavia, encarado como o resultado de esforço, mas, de maneira aristocrática, praticamente como uma dádiva concedida a alguns poucos.

No entanto, a consequência mais forte da cultura da personalidade seria, tal como percebido, por exemplo, por Aléxis Tocqueville, na Nova Inglaterra, a extrema dificuldade de fazer vigorar o associativismo, que exige solidariedade social, até porque “em terras onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável”.<sup>7</sup> Na verdade, a solidariedade que porventura aparecesse teria muito mais o sentido de favorecer o sentimento do que o interesse, fazendo parte do âmbito doméstico e não do público.

A valorização de cada homem em detrimento dos outros ofereceria ainda uma outra opção, extrema: a renúncia à própria personalidade em favor de um ideal maior. Se entenderia, dessa maneira, que, no caso dos hispânicos, as ditaduras e o Santo Ofício fossem quase tão comuns como a anarquia e a desordem.

De acordo com Jessé Souza, a tese da “cultura da personalidade” contribui para que Sérgio Buarque de Holanda seja o principal formulador de uma interpretação do Brasil que vê a modernização do país como “superficial, epidérmica e de fachada”.<sup>8</sup> Num sentido mais amplo, os temas centrais dessa verdadeira “sociologia da inautenticidade” seriam a herança ibérica, o personalismo e o patrimonialismo, todos eles sugeridos por Holanda.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>8</sup> Jessé Souza, *A modernização seletiva*, Brasília, Editora da UnB, 2000, p. 12.

Segundo Jessé, a imprecisão do livro ao tratar do europeísmo, situação oposta à herança ibérica e diante da qual Portugal teria dificuldade de se definir, levaria seu autor a enxergar a permanência do personalismo ao longo da história brasileira. Em outras palavras, a não caracterização clara do europeísmo faria com que Sérgio Buarque de Holanda interpretasse a modernização brasileira como inautêntica, a urbanização fazendo com que o personalismo mudasse apenas de lugar: do campo para a cidade.

De qualquer maneira, depois de tratar a herança ibérica como um todo, *Raízes do Brasil* especifica diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa. A primeira corresponderia a um ato de vontade, o que se expressaria no traçado das cidades, "que não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõe-lhe antes o acento voluntário da linha reta". Já as cidades portuguesas obedeceriam as "exigências topográficas",<sup>9</sup> chegando a confundir-se "com a linha da paisagem".<sup>10</sup> Isto é, as duas formas de cidades corresponderiam a diferentes orientações; a espanhola, organizada a partir da praça maior, procuraria realizar, como a ação do ladrilhador, um ou mais fins, ao passo que o dominante na cidade portuguesa seria a rotina e o desleixo, ou seja, uma postura similar à do sementeiro.

Essas diferentes orientações também não deixariam de se fazer sentir, em termos mais amplos, no tipo de colonização protagonizado por espanhóis e portugueses. Enquanto os primeiros desejariam fazer de suas possessões de além-mar verdadeiras extensões do rei-

no, os segundos se contentariam em explorá-las comercialmente. Sinal adicional da superficialidade da colonização portuguesa seria sua concentração no litoral, ao passo que os espanhóis se voltaram para o interior.

No entanto, os jesuítas e os paulistas não seguiriam, por diferentes razões, a linha dominante da colonização portuguesa. A Companhia de Jesus agiria de forma similar ao colonizador espanhol, mas sua ação teria um efeito limitado na vida brasileira. Já os paulistas, misto de puros aventureiros e *pioneers*, que não obedeceriam às determinações da metrópole, como que anunciariam um novo momento da história brasileira.

Contudo, num sentido mais geral, a conquista e a colonização de novos mundos teriam sido obra principalmente de aventureiros, homens prontos a enfrentar toda sorte de desafios e a alçar grandes vôos. Isso teria ocorrido entre todos os povos que se lançaram à colonização, fossem eles espanhóis, ingleses, holandeses, etc. Entre portugueses seria, porém, mais fácil encontrar homens dispostos a se aventurarem na empreitada. Essa atitude se deveria às próprias características do povo, como vimos, mestiço quase sem preocupação com a pureza de raça e, portanto, dotado de enorme plasticidade social.

Em termos mais gerais, seria possível encontrar na vida coletiva dois princípios que se corporificariam no tipo do aventureiro e do trabalhador. Para o primeiro, o que importaria seria o fim último, seu ideal sendo "colher o fruto sem plantar a árvore". Ignoraria, assim, fronteiras, vivendo em espaços ilimitados. Já o trabalhador enxergaria "primeiro o obstáculo a vencer e não o trunfo a alcançar".<sup>11</sup>

<sup>9</sup> Holanda, *op. cit.*, p. 61.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 21.

Esmiuçando a análise, Sérgio Buarque nota que existiriam, num sentido weberiano, tanto uma ética do trabalho como uma ética da aventura. Isto é, o aventureiro e o trabalhador regeriam suas ações por diferentes valores. O aventureiro valorizaria “a audácia, a imprevidência, a irresponsabilidade...” e consideraria desprezível a “estabilidade, paz, segurança pessoal”, qualidades que o trabalhador buscaria. Este último, por sua vez, não teria nenhuma simpatia pela “concepção espaçosa do mundo”<sup>12</sup> do aventureiro.

A diferença entre o aventureiro e o trabalhador seria tamanha que entre eles não haveria tanto uma oposição mas uma incompreensão mútua. Oposição existiria, sim, entre o trabalhador e o rentista, ou mesmo, talvez, entre o aventureiro e o vagabundo.

*Raízes do Brasil* esclarece, contudo, também em termos weberianos, que não se encontra no mundo real o aventureiro e o trabalhador em estado puro. Assim, como tipos, eles teriam principalmente um valor heurístico, auxiliando na compreensão dos fenômenos sociais.

De qualquer maneira, se o espírito de aventura era especialmente propício à obra de conquista, ele não contribuiria para o estabelecimento de uma sociedade mais permanente. A mesma orientação da colonização portuguesa apareceria inclusive entre os holandeses que, por algum tempo, dominaram o Nordeste do Brasil, “recrutados entre aventureiros de toda espécie” que “vinham apenas em busca de fortunas impossíveis”<sup>13</sup>.

Nesse trecho revelam-se alguns dos defeitos mais sérios da análise culturalista de Sérgio Buarque de Holanda. Se a colonização

do Nordeste pelos holandeses não traria melhores frutos do que a portuguesa, já que foi realizada pelo mesmo tipo aventureiro, como explicar os resultados da colonização da Austrália, feita por degredados? A chave da questão é que, mais importante do que o *ethos* predominante na colonização, é sua orientação, isto é, como notaram Caio Prado Jr. e Celso Furtado, o fato de a colônia ter sido de povoamento, como foi a Austrália, ou de exploração, como foi o Brasil.

Numa outra referência, a situação prevalecente até a vinda da família real portuguesa, em 1808, seria *sui generis*; as cidades se subordinariam ao campo, e não o contrário. Esse quadro contribuiria para a estranha situação em que o cidadão correspondia ao senhor rural. Mesmo na Antiguidade Clássica, em que a maior parte dos cidadãos possuía propriedade rural, eles não residiam no campo. Aqui, ao contrário, só raramente os senhores se deslocariam para as cidades.

No quadro do domínio rural auto-suficiente, Sérgio Buarque considera, como já haviam feito Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, que renasceria a família patriarcal. A família seria inclusive o único setor da vida brasileira cuja autoridade não era questionada. Teria-se, assim, “uma invasão do público pelo privado”,<sup>14</sup> os indivíduos, mesmo fora do ambiente doméstico, agindo de acordo com seus preceitos.

Tal comportamento dificultaria o estabelecimento do Estado democrático e mesmo de qualquer Estado no Brasil. Até porque a relação entre a família e o Estado, diferentemente do que sugerem

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 89.

teóricos políticos desde Aristóteles, não seria tanto de continuidade, mas de oposição: “do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo”.<sup>15</sup> Oposição que seria expressa de forma lapidar no antagonismo entre Creonte e Antígona, retratado na tragédia de Sófocles. Antígona encara as preocupações concretas, presentes no interior da família, ao passo que Creonte expressa as exigências abstratas do Estado.

No caso da democracia liberal, o choque com uma situação como a brasileira, em que prevalece a família patriarcal, seria ainda maior. De acordo com Holanda, o princípio básico da democracia liberal estaria indicado na frase de Jeremy Bentham: “a maior felicidade para o maior número”. Por outro lado, o sentimento mais característico no interior da família seria o amor, e sempre “amar alguém é amá-lo mais do que aos outros”.<sup>16</sup> Isto é, a parcialidade, que o ambiente doméstico favorece, seria incompatível com a atitude neutra diante dos cidadãos, implícita na democracia liberal.

Outra situação em que aparece a oposição entre privilégios pessoais e exigências abstratas seria a relação entre funcionário patrimonial e o que Sérgio Buarque chama de puro burocrata. No primeiro, como havia indicado Weber, a separação entre ele e seus instrumentos de trabalho ainda não teria ocorrido; no segundo, seu trabalho seria ordenado por normas impessoais, às quais teria que se submeter.

A partir de situações como essas, *Raízes do Brasil* adota a caracterização de Ribeiro Couto de que o brasileiro seria, antes de mais

nada, o homem cordial. Apesar de sua formulação ter sido, muitas vezes, mal interpretada, Sérgio Buarque de Holanda, ao falar em cordialidade, não pensa em qualidades como a polidez e a civilidade nas quais, como mostrou Norberto Elias, estão fortemente presentes elementos coercitivos.<sup>17</sup> É verdade que o historiador paulista não deixa de chamar a atenção para a possibilidade de cordialidade e polidez confundirem-se – a segunda atitude aparecendo como mímica do que é espontâneo na primeira. No fundamental, entretanto, os dois comportamentos são diferentes; a polidez sendo, no fundo, uma forma de proteção diante da sociedade, ao passo que o homem cordial vive nos outros.<sup>18</sup>

Não se deve, contudo, acreditar que “cordial” necessariamente implique qualidades positivas. Na verdade, o termo refere-se à sua origem etimológica – o que vem do coração – e pode implicar tanto em amor como em ódio. Portanto, o que Holanda está apontando é que entre homens que obedecem aos imperativos do coração, e não a normas impessoais e abstratas, é muito difícil estabelecer ordem pública e, ainda mais, democracia.

Em poucas palavras, o personalismo, que viria de Portugal, encontraria no ambiente doméstico, hipertrofiado pela auto-suficiência do domínio rural, um terreno propício para sua afirmação, criando alguém como o homem cordial. O predomínio do campo sobre a cidade não seria, entretanto, como sugere Oliveira Vianna, uma

<sup>17</sup> Ver: Norberto Elias, *O processo civilizador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

<sup>18</sup> Também não deixam de aparecer, em *Raízes do Brasil*, referências dúbias à “cordialidade” do brasileiro, como quando se afirma que “o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio”. Holanda, *op. cit.*, p. 142.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 156.



imposição do ambiente, mas resultaria da orientação da cultura portuguesa. Ou seja, os traços principais que *Raízes do Brasil* destaca na sociedade brasileira viriam de Portugal. Nesse sentido, o elemento mais importante da experiência brasileira seria a herança ibérica ou, simplesmente, portuguesa.

Por outro lado, seria comum que as fórmulas estrangeiras, que tanto atraem os brasileiros, se ajustassem mal à vida do país. Em particular, o predomínio do personalismo e do círculo doméstico contribuiriam para que “a democracia no Brasil tenha sido sempre um mal entendido”.<sup>19</sup> Na tradição de crítica às “ideias fora do lugar”, Sérgio Buarque de Holanda considera que uma aristocracia semifeudal como a brasileira teria adotado esse regime político simplesmente porque era isso que se fazia então na Europa, independentemente de que, no Velho Mundo, a democracia tenha servido como arma usada contra a aristocracia. Mas nisso se teria seguido a tradição dos movimentos reformistas brasileiros, que, quase sempre, teriam partido da elite. O povo, como indicara a carta de Aristides Lobo sobre a proclamação da República, simplesmente assistira bestializado a tais iniciativas.

De qualquer maneira, o Brasil estaria vivendo, já há algum tempo, um processo de profunda transformação. Seus marcos mais importantes seriam a vinda da família real portuguesa (1808), a proclamação da Independência (1822), a Abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889). Entre esses acontecimentos, a Abolição teria especial relevância, indicando, num sentido especialmente forte, uma nova orientação para a sociedade brasileira, oposta ao antigo predomínio rural.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 122.

Contudo, mais importante do que se ater a eventos, seria perceber a ocorrência de uma mudança mais difusa no país, que indicaria “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”.<sup>20</sup> Essas transformações talvez até se aproximem do que se pode chamar de revolução molecular, correspondendo a um profundo processo de mudança difícil de perceber.

Nesse sentido, a própria substituição, a partir da segunda metade do século XIX, do açúcar pelo café como principal cultura brasileira favoreceria o avanço de tal “revolução lenta”. O cafeeiro poderia ser até chamado de planta democrática, pois, diferentemente da cana e do algodoeiro, não exigiria ser cultivado em terrenos extensos. Poderia, ao contrário, até favorecer o parcelamento da terra. Além do mais, a fazenda de café não seria tão auto-suficiente como o engenho de açúcar, tendo que recorrer à cidade para garantir o abastecimento de variados suprimentos. O produtor de café seria mesmo bastante similar ao *farmer*, “que é no fundo um tipo citadino mais do que rural”.<sup>21</sup>

Não seria, portanto, de estranhar que a Abolição tenha afetado menos a região de produção de café do que a de açúcar. Aqui, entretanto, Sérgio Buarque esquece que as principais resistências ao fim do trabalho servil não partiram do Norte açucareiro, mas de parte do Sul cafeeiro, também, não por acaso, região menos dependente do poder central.

*Raízes do Brasil* sugere até que a transformação da sociedade brasileira poderia ser entendida num sentido americanista. Isso não

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 139.

## INTERPRETAÇÕES

seria mero acaso, já que os principais elementos do Brasil colonial – a cultura da personalidade e o predomínio rural – derivariam da herança ibérica, à qual finalmente se estaria pondo fim.

Voltando à interpretação de Jessé Souza sobre *Raízes do Brasil*, é possível considerar que o livro sugere uma espécie de “sociologia da inautenticidade”, no sentido de que afirma que formas estrangeiras como a democracia se ajustariam mal às condições brasileiras, correspondendo mesmo a “mal entendidos”. Por outro lado, é incorreta a avaliação de que seu autor acredita ser meramente epidérmica a transformação do país, que abriria caminho para a superação da herança ibérica. Ao contrário, o mais forte no Brasil, principalmente desde a Abolição, seria o processo que faria com que formas como a democracia passassem a assumir um certo conteúdo, deixando, assim, de ser simplesmente “mal entendidos”.

A partir daí, Sérgio Buarque pode enxergar até uma potencial compatibilidade entre a democracia e a formação social brasileira. Teria afinidade com a democracia, em especial, a repulsa instintiva, generalizada entre brasileiros e povos americanos, a toda hierarquia racional e a incapacidade de resistir a novas influências, como a urbanização e o cosmopolitismo.

O historiador paulista talvez esteja até sugerindo que, nas condições brasileiras, a democracia pode assumir uma forma nova. Ou melhor, ao mesmo tempo que as transformações pelas quais o Brasil estaria há tempos passando modificariam as formas sociais e políticas prevalentes no país, suas condições nacionais não deixariam de influenciar certas formas estrangeiras, como a democracia, fazendo com que passassem a ter um conteúdo novo, original em relação ao europeu.

Como pensar a relação de *Raízes do Brasil* com os livros que, até o momento, discutimos?

Em primeiro lugar, “o senso dos contrastes e dos contrários”, que Antonio Candido destaca no livro, e que também está presente em *Populações meridionais do Brasil* e, à sua maneira, em *Casa-Grande e Senzala*, é uma constante na reflexão latino-americana, pelo menos desde que Domingo Faustino Sarmiento escreveu, em 1845, *Facundo*.<sup>22</sup> Seu subtítulo – “civilização ou barbárie” – como que resume o problema que sucessivas gerações latino-americanas procuraram enfrentar, não por acaso num momento em que a Europa e a América, pretensos *locus* da civilização e da barbárie, respectivamente, incrementavam sua relação.

O dilema ganha força no pensamento brasileiro, como vimos, a partir da oposição, apresentada por Euclides da Cunha, entre sertão e litoral. O sentimento chega a generalizar-se, durante a República Velha, no contraste, sugerido pelos pensadores autoritários, entre país legal e país real.

Sérgio Buarque Holanda critica, porém, o patriarca do pensamento autoritário brasileiro, Alberto Torres, por acreditar que “a letra morta”, a lei, o que Oliveira Vianna provavelmente chamaria de “política objetiva”, poderia corrigir o descompasso. Ou seja, o autor de *Raízes do Brasil* radicaliza a crítica de conservadores e do pensamento autoritário ao idealismo de liberais e da República, aplicando-a aos próprios autoritários, segundo ele, também her-

<sup>22</sup> Ver: Candido, “O significado de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*

deiros da condição rural e da cultura ibérica, que só teriam fim com a urbanização. Assim, de acordo com o autor, a aparente solidez do Império teria desaparecido com as condições que lhe deram origem e não por simples ação dos republicanos. Num outro sentido, a crítica do historiador ao pensamento autoritário não deixa de manter ligação com a avaliação negativa que tinha demonstrado em relação ao “construtivismo” de boa parte do modernismo.

Mesmo assim, “o senso dos contrastes e dos contrários”, de *Raízes do Brasil*, não deixa de se prender à consciência, estimulada pela proclamação da República, do choque entre as instituições e as condições sociais brasileiras. A Revolução de 1930 deve mesmo ter contribuído para acentuar o sentimento da urgência da resolução de questões que já tinham se tornado seculares.

Sérgio Buarque de Holanda também se afasta de Oliveira Vianna ao não interpretar a colonização como adaptação do colono português ao ambiente americano, num sentido centrífugo, de ruralização, mas dentro de um quadro mais amplo, dado basicamente pela cultura portuguesa. Nessa orientação, considera até que os brasileiros ainda são “uns desterrados em nossa terra”.<sup>23</sup>

Atribui inclusive, em nota presente na primeira edição de *Raízes do Brasil*, a postura do autor de *Populações meridionais do Brasil* ao desejo de subordinar fatores étnicos a geográficos, o que poderia abrir caminho para a anulação da herança racial brasileira. Sua posição, em contraste, é de identificar a cultura portuguesa com a maneira dominante de agir no Brasil. Nesse sentido, chega a afirmar que “o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma”.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Holanda, *op. cit.*, p. 3.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 15.

No que se refere à relação entre ambiente e cultura, a postura de Gilberto Freyre encontra-se a meio caminho entre esses dois autores. Como Oliveira Vianna, ressalta a influência do ambiente americano, que criaria um tipo humano, o luso-brasileiro, mas também, como Sérgio Buarque, entende a colonização com base em referências culturais mais amplas, que chama de luso-tropicais.

Para além da própria colonização, os três autores também divergem sobre seus resultados. O autor de *Raízes do Brasil* considera que a colonização não deixou obra mais permanente, correspondendo quase a uma “feitorização”, ao passo que os autores de *Populações meridionais do Brasil* e *Casa-Grande e Senzala* avaliam que a adaptação ao ambiente americano foi precisamente a principal realização do colono português. Apesar de se afastar de outras afirmações presentes no livro do historiador paulista, o argumento da “feitorização” deriva mesmo da sua avaliação de que foi o tipo aventureiro quem realizou a colonização do Brasil.

A relação de Sérgio Buarque de Holanda com Gilberto Freyre é particularmente ambígua. Não economiza elogios, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, a *Casa-Grande e Senzala*: “obra que representa o estudo mais sério e completo sobre a formação social do Brasil”.<sup>25</sup> Também concorda com o sociólogo pernambucano em premissas fundamentais: o fato de o Brasil ser o único caso bem-sucedido de transplantação da cultura europeia para os trópicos, o que, de acordo com o autor pernambucano, atribui fundamentalmente à colonização ter sido realizada por portugueses. Ou seja, um povo ibérico, indeciso entre Europa e África, no qual

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 105.

estaria ausente o preconceito de raça. Assim, os portugueses seriam de antemão mestiços, possuindo uma grande plasticidade, que favoreceria a obra de colonização.

Se, em todos esses pontos fundamentais, Sérgio Buarque está de acordo com Gilberto Freyre, as coisas se complicam quando avalia as consequências do predomínio do grande domínio rural na vida brasileira. De início, como Oliveira Vianna e Freyre, observa a auto-suficiência do latifúndio, que faria com que possuísse força armada, capela, escola de primeiras letras e produzisse seus alimentos em plantações e em criações de animais, chegando até a fazer seus móveis em serrarias próprias. Também nota, como os autores que o antecederam, que, no ambiente do domínio rural, desenvolve-se, à maneira da Antiguidade Clássica, a família patriarcal, mulheres, crianças, escravos e agregados submetendo-se quase inteiramente à vontade do *pater familia*.

No entanto, os três autores divergem sobre os efeitos do predomínio do latifúndio no Brasil. Oliveira Vianna considera-o tanto como o principal instrumento de adaptação do colonizador português ao ambiente americano, num sentido de ruralização, quanto como o principal impedimento, devido à sua auto-suficiência, da obra de unificação nacional, imposta desde a independência. Gilberto Freyre, por sua vez, chama a atenção principalmente para como se estabelece, a partir do grande domínio, todo um sistema econômico, político e social marcado pela proximidade e violência nas relações entre senhores e escravos. Finalmente, Sérgio Buarque de Holanda considera que essas mesmas relações pessoa a pessoa, primárias, criam empecilhos para se ter uma ordem social mais impessoal e racional e, ainda mais sério, para a constituição da democracia no país.

Um bom indício das avaliações diferentes de *Raízes do Brasil* e *Casa-Grande e Senzala* sobre o patriarcalismo é a lembrança, no livro do historiador paulista, de um episódio da viagem do bispo de Tucumã ao Brasil, narrada pelo primeiro historiador do país, Frei Vicente de Salvador. O pedido do bispo para que lhe comprassem na cidade um frango, quatro ovos e um peixe não teve êxito. Mas, ao solicitar as mesmas provisões a casas particulares, tudo era prontamente providenciado. Tal situação teria levado o prelado a concluir: “nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-a cada casa”.<sup>26</sup>

Ou seja, o que para Sérgio Buarque é um problema, talvez até o maior problema da colônia e, de maneira geral, da vida brasileira – o predomínio do ambiente doméstico e, conseqüentemente, ausência de república – não tem esse sentido problemático para Freyre. Mais ainda, segundo o historiador paulista, a auto-suficiência do domínio rural impossibilitaria que se superasse o contexto da família patriarcal, estabelecendo-se verdadeira república. Já para o sociólogo pernambucano, essa não é uma questão real, até porque a auto-suficiência do sistema Casa-Grande e Senzala tornaria dispensável buscar criar algo como a coisa pública.

De qualquer forma, pode-se considerar que, de maneira geral, muitos dos principais temas de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são similares e derivam de suas avaliações quanto ao predomínio do latifúndio na maior parte da história brasileira. No entanto, a partir de perspectivas teóricas e políticas distintas, chegam a conclusões diferentes e mesmo opostas sobre os resultados desse fenômeno.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 86.

É possível até sugerir que nessas diferentes posições aparecem posturas iberistas e americanistas.<sup>27</sup> De acordo com essa dicotomia, o iberismo é associado a uma possível resposta à modernidade, a qual sugere uma visão organicista da sociedade. Já o americanismo estaria vinculado a uma postura individualista, dominante na Anglo-América. Sérgio Buarque, de maneira similar, relaciona o iberismo ao ambiente rural, que leva ao predomínio da família, ao passo que o americanismo estaria emergindo com o desenvolvimento das cidades, aproximando o Brasil dos países ocidentais modernos.

Pode-se associar Gilberto Freyre e, de forma mais problemática, Oliveira Vianna ao iberismo. Já Sérgio Buarque de Holanda enxerga com bons olhos o desenvolvimento que conduz o Brasil ao que pode chamar de americanismo, mas sugere que se poderia manter algumas características das relações sociais anteriormente desvolvidas no Brasil, estabelecendo, de certa maneira, um caminho próprio à modernização do país.

Não deixa inclusive de ser interessante notar que debates similares ocorreram em outros contextos nacionais. Talvez o exemplo mais marcante tenha sido aquele que cindiu ao meio a *intelligentsia* russa depois da publicação, em 1836, de um artigo de Pietr Chaadev, em que afirmava que, de todas as principais nações, só a sua não havia oferecido contribuição significativa à civilização.<sup>28</sup>

Como reação a essa tese, certos intelectuais, que ficaram conhecidos como eslavófilos, insistiram em que as diferenças entre a nação deles, a Santa Rússia, e o Ocidente derivariam da religião.

<sup>27</sup> Ver: Morse, "O espelho de Próspero", *op. cit.*

<sup>28</sup> Ver: Andrzej Walicki, *A history of Russian thought*, Stanford, Stanford University Press, 1993.

A Igreja Ortodoxa se manteria fiel aos ideais mais antigos do cristianismo, possuindo um espírito comunitário que marcaria todo o restante da sociedade. O Ocidente, em contraste, sofreria da doença do individualismo. No entanto, numa postura oposta, os ocidentalizantes explicavam a diferença da Rússia não por seu pretensão caráter único, mas por seu atraso.

Algo de similar não deixa de ocorrer com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O sociólogo pernambucano valoriza o desenvolvimento no Brasil, a partir do luso-tropicalismo, de relações sociais, raciais e sexuais marcadas pela proximidade, sugerindo até que elas poderiam funcionar como exemplo para outros povos. Já o historiador paulista considera, num sentido oposto, que esse desenvolvimento foi alcançado principalmente por influência estrangeira, um estáculo para o estabelecimento de uma sociedade social no país.

#### INDICAÇÕES DE LEITURA

Informações especialmente interessantes sobre Sérgio Buarque de Holanda aparecem na entrevista que concedeu a Richard Graham, publicada em número especial, de 1987, da *Revista do Brasil*. Essa revista, toda ela dedicada a Sérgio Buarque, é muito sugestiva, mesclando artigos sobre e do historiador aparecidos em diferentes momentos. Entre eles, o de Bolívar Lamounier sobre *Raízes do Brasil* é particularmente instigante. Tem o mesmo formato a publicação, de 1988, da Secretaria da Cultura de São Paulo sobre Sérgio Buarque de Holanda. Nela, o artigo "Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até *Raízes do Brasil*",

de Francisco de Assis Barbosa, também traz informações biográficas. Outra coletânea interessante sobre o autor é *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, organizada, em 1998, por Antonio Candido para a Fundação Perseu Abramo.

Não há dúvida de que Candido é também o autor da interpretação mais influente sobre *Raízes do Brasil*, que está no Prefácio à quarta edição do livro, de 1963. Nas pouco mais de dez páginas do texto, são esboçadas múltiplas possibilidades de análise da obra de Sérgio Buarque de Holanda e de seus “companheiros de geração”, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. Foi mesmo, em grande parte, devido ao “Significado de *Raízes do Brasil*” que esses autores foram elevados, em posição de destaque, ao “panteão” do pensamento brasileiro.

É particularmente importante a interpretação a respeito de Sérgio Buarque de Holanda desenvolvida por Maria Odila da Silva Dias em duas introduções: a escrita, em 1985, para o volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Ática, e a preparada para *Raízes do Brasil* na coleção *Intérpretes do Brasil*, organizada, em 2000, por Silvano Santiago. Nelas se presta atenção principalmente às influências exercidas por diferentes autores sobre o historiador.

Uma boa interpretação geral sobre a obra de Sérgio Buarque é a de Pedro Meira Monteiro, em *A queda do aventureiro*, livro de 1999, da Editora da Unicamp. Já George Avelino Filho, no artigo “As raízes do Brasil”, publicado em 1987 no n. 18 da *Novos Estudos do Cebap*, defende, sugestivamente, que o autor busca um caminho próprio para a democracia no Brasil. Numa outra linha, Jessé Souza realiza uma interessante avaliação crítica de *Raízes do Brasil* em *A modernização seletiva*, da Editora da UnB, de 2000. Argu-

menta que o livro sugere as linhas principais de uma “sociologia da inautenticidade brasileira”, que vê a modernização brasileira como fundamentalmente superficial.